

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014¹.

Milena Barros GOMES²

Gabriel Augusto Coelho SANTANA³

Rogério Luiz Souto CAVALCANTI⁴

Maria Eugênia Wanderley LIMA⁵

Na mesma linha literária das outras obras da coleção Tinta Vermelha (*Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas* (2012) e *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013), lançada pela Editora Boitempo, o livro ‘Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?’, é uma obra que representa um importante debate sobre a análise dos respectivos megaeventos esportivos no Brasil e sua relação (efeitos) com a cidade ao reunir 11 textos que traçam um panorama dos legados, a partir de múltiplas visões (positivas ou negativas) na discussão sobre ‘o que fica da Copa e das Olimpíadas?’.

Um espetáculo em 4 atos é, como define José Whitaker Ferreira, a construção de um megaevento, ao apresentar Brasil em Jogo. Um “teatro milionário”, objetivando vender as cidades como se elas fossem produtos, atraindo os olhos do Mundo através de eventos esportivos que potencializem negócios e turismo. Ferreira identifica ainda na apresentação a tendência das últimas décadas da realização destes eventos nos países ditos periféricos, indicando que os processos de transformação nas cidades, acelerados pelos megaeventos, já levam a “cidade do espetáculo” aos emergentes. Uma lógica já investigada por Andrew Jennings, repórter escocês, que traz um relato sobre a experiência em investigar a máfia dos esportes ao denunciar o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA) em associação com

¹ Obra discutida em reunião teórica do Grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Graduanda em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do MSEU. E-mail: milenabarros@gmail.com

³ Graduando em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do MSEU. E-mail: gabrielgeopsol@hotmail.com

⁴ Geógrafo, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU|UFPE). E-mail: cavalcanti_rg@yahoo.com.br

⁵ Bacharel em Direito, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU|UFPE). E-mail: eugenia.w.lima@gmail.com

multinacionais, a exemplo da Adidas e da Sport and Leisure (ISL) e outros ‘parceiros’, em contratos exclusivos para os megaeventos esportivos e de um modelo de corrupção global institucionalizado. O envolvimento ‘legal’ que iria desde a compra de votos para a eleição das cidades-sedes até benefícios de monopolização (premiada pela isenção fiscal por meio da Lei Geral da Fifa, n. 12.663/2012 - a cereja do bolo) e de intensas ações de marketing nos eventos por elas patrocinados. Para Jorge Luiz de Souto Maior, está explícita a intenção unicamente capitalista da FIFA em obter o controle espacial e econômico do país que sedia a Copa do Mundo, ao delimitar as diversas formas de uso do espaço público. A Lei Geral da Copa, que feriu direitos desde a direta influência na violação de territórios de milhares de famílias em cidades-sede no Brasil em nome de obras para a Copa, passando pela questão trabalhista ao incentivar o exacerbado recrutamento de voluntários para o evento, gandulas em idade infantil, até a proibição do comércio nos arredores dos estádios. Esta Lei colocou a FIFA acima do Estado em diversas vertentes, ameaçando até a meia-entrada com ingressos limitados. Foi uma exceção para o lucro – o maior lucro – que a Confederação Internacional de Futebol já conseguiu em seus eventos, concedido pelo Brasil, onde esta realidade foi mascarada com a esperança de boa visibilidade internacional para o país.

Ermínia Maricato, avançando na caracterização do objeto de análise do livro, discute as consequências da avalanche de capitais que se instalam nas cidades, aprofundando a desigualdade socioespacial. Maricato reforça ainda que a ideia do urbanismo do espetáculo é o embasamento desses megaeventos cujo legado é mais negativo, fazendo referência ao endividamento do Estado, as obras sem utilidade (os elefantes brancos) e a ausência de prioridade social na realização das mesmas. Trazendo para o debate as manifestações de junho de 2013 e as que se sucederam, a autora vislumbra ainda a possibilidade das lutas modificarem o processo de construção das cidades neste contexto. Ou seja, a reformulação capitalista dos espaços urbanos, como bem coloca Raquel Rolnik, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em seu texto - *‘Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda’* – os processos de remoções e de violações ao direito à moradia nas cidades-sede para a construção de estádios, aeroportos e infraestrutura para os megaeventos realizados no Brasil (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016). Com isso, a autora aponta que os

investimentos direcionados às cidades, como componente do chamado planejamento estratégico urbano, promovem o embelezamento das áreas degradadas sustentadas como justificativa do legado urbano. Isso significa dizer que, na maioria dos casos, os desrespeitos e as violações a normas internacionais referentes aos direitos humanos e aos direitos à moradia são decorrentes dos processos de expulsões e de despejos forçados que acontecem nas comunidades majoritariamente ocupadas por pessoas de baixa renda. Para finalizar, Rolnik questiona com quem ficarão e quais os reais ganhos promovidos pelos grandes eventos esportivos, quando todos os investimentos realizados poderiam ser canalizados para oportunizar e qualificar as moradias adequadas de famílias de baixa renda (direito à moradia), bem como atender as prioridades básicas das populações urbanas (direito à cidade).

Desta problemática urbana, o movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em seu texto “*O que quer o MTST*” relata os efeitos do crescimento da construção civil na vida da população pobre do Brasil, ao passo que os setores da construção estão sendo constantemente incentivados por recursos governamentais. As grandes cidades e suas regiões metropolitanas sofreram forte especulação imobiliária nos últimos seis anos, o que obrigou muitas pessoas a deixarem o local onde viviam para buscar aluguéis mais baratos e conseqüentemente acumularam mais custos com transporte para sua mobilidade. Foi este constante processo de segregação socioespacial que intensificou a resistência do Movimento em ocupar prédios e terras vazias. Com a Copa do Mundo no Brasil, esta lógica de expulsão ficou ainda mais evidente e é contra ela que se trava a luta do MTST. É a discussão da reforma urbana e o fundamental apoio do povo, muito além dos interesses dos políticos, nessa empreitada, o que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto quer.

José Sergio Leite Lopes, no artigo “*Transformações na identidade nacional construída através do futebol: lições de duas derrotas históricas*”, ilustra a partir das duas derrotas da seleção brasileiras, em 1950 e 1998, as transformações ocorridas no sentimento de identidade nacional. O autor argumenta que, a construção do sentimento de coletividade e de nacionalidade vivenciada pela população brasileira a partir da Copa de 1938, com a incorporação da música e da dança na forma de jogar, enquanto as questões econômicas e políticas, seguramente, foram colocadas em segundo plano. Na Copa de 1950, Lopes afirma que novas maneiras de torcer foram inseridas nos estádios brasileiros (presença de mulheres, crianças e famílias inteiras, em contraste

com o habitual público masculino) e pela construção cultural coletiva (com a inserção das cantorias de músicas de carnaval improvisadas e organizadas pela torcida), que foi traumatizada pela derrota na final, além do ressurgimento de práticas dissimuladas de exclusão dos jogadores das classes populares. Diferente da Copa de 1950, a Copa realizada na França, em 1998, teve como justificativa, segundo o autor, a estrutura do profissionalismo e do comercialismo da globalização do futebol, que poderia ter ocasionado problemas no principal jogador da época, Ronaldo, devido ao *stress* vivenciado pela pressão dos contratos, por diferentes empresas, que criava tensão e dividia a equipe, além do joelho machucado e da vigilância da imprensa. Contudo, a derrota na Copa de 1998 revelou como principal engrenagem dessa máquina as ações duvidosas, por suspeitas de corrupção, pela administração sem transparência ou prestação de contas e com contratos secretos com a Nike, que resultou em duas Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional (na Câmara dos Deputados para investigar o contrato entre CBF e Nike, e no Senado, tendo por objeto os negócios ilegais envolvendo dirigentes). No último tópico do artigo em questão, *“2002 e depois: uma vitória, um novo ciclo de derrotas e as singularidades de sediar a Copa pela segunda vez”*, o autor demonstra que, enquanto a organização do futebol brasileiro estava sendo investigada pelas CPIs, em 2002, a conquista trouxe, simbolicamente, as origens sociais modestas da maioria de seus jogadores no futebol cada vez mais globalizado. E que os desafios e os compromissos de sediar a Copa em 2014 pelas cidades-sede resultou em mobilizações e reivindicações pelos impactos do sistema FIFA e seus patrocinadores multinacionais.

De encontro aos escritos envolvendo os grandes eventos esportivos e seus legados, Luis Fernandes faz uma reflexão sobre a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas 2016 como uma janela de oportunidades para o País ampliar e fortalecer o seu desenvolvimento, a partir da montagem de infraestruturas necessárias e expansão de políticas públicas que garantam os direitos de cidadania da população local. Para o autor, para que os legados tenham uma real configuração, é necessário que sejam contempladas as múltiplas dimensões (urbana, social, cultural, política, meio ambiente e econômica) e as demandas populares (expressas nas manifestações de junho de 2013) pelas políticas públicas de desenvolvimento. Dessa forma, os legados visariam, entre as diversas dimensões, a garantia de melhores condições de vida nas

idades direcionando os projetos relativos à mobilidade, ao saneamento e à habitação no contexto urbano. Isso repercutindo no fomento ao crescimento, na redução das desigualdades e na geração de empregos (diretos ou indiretos) com a realização de novos negócios no âmbito econômico. Na dimensão social, o objetivo é ampliar os direitos do cidadão e melhorar a qualidade de serviços públicos (educação, saúde, acessibilidade, segurança etc.). No que toca à valorização da dimensão da identidade nacional, seriam contemplados a dimensão sociocultural; os princípios de sustentabilidade ambiental na incorporação dos empreendimentos na dimensão ambiental; enquanto na dimensão política oportunizou um novo modelo de gestão com base na integração entre os três níveis de governo no Brasil. Nesta perspectiva, Fernandes ainda ressalta que os investimentos potencializam a regeneração e o desenvolvimento de áreas, antes, degradadas nos centros urbanos, a exemplo do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, bairro de Itaquera em São Paulo etc. E “como uma visão equivocada”, os investimentos realizados nos megaeventos resolveriam os problemas nos setores mais importantes da sociedade (educação e saúde), o que, por outro lado, “não faz sentido responsabilizar os grandes eventos esportivos pela alegada insuficiência de investimento público nessas áreas”.

Na avaliação de Carlos Vainer, ao colocar a questão “*Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?*”, a grande promoção que se tentou fazer dos projetos de reforma urbana nas cidades-sede dos megaeventos no Brasil se tornou uma contradição entre o que se vendeu em mídias e propagandas políticas e o real legado urbanístico que não chegou perto de alcançar as necessidades reais da população. O que aconteceu foram, como discriminado no texto, maquiagens nas vias mais frequentadas entre os estádios e espaços de mais fluxo turístico, investimentos em transportes mitigadores e em áreas urbanas também restritas, além do que o mais grave residiu na prática das remoções de famílias relocadas em situações precárias ou nem sequer indenizadas para viabilizar tais obras. Desse modo, os megaeventos acompanhados da promessa da chance de concretizar a sonhada “cidade para todos” fizeram delas espaços ainda mais desiguais e segregadas em todas as suas dimensões. O sistema das ações implementadas foi formalmente assegurado em um conjunto de exceções para a realização dos megaeventos, algo como um governo paralelo, de acordo com as palavras do próprio Vainer, pelo que até a

legislação abriu espaço para uma governabilidade eficientemente capaz de realizar os desmandos dos comitês organizadores da Copa e das Olimpíadas.

Para Antonio Lassance o problema não é a Copa, mas as políticas à sua realização. No seu artigo intitulado “*A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação*”, ele enumera a trajetória e o vexame midiático da Copa do Mundo do Brasil. Desde a falta de esclarecimento sobre o que realmente se passava no processo de concretização do evento até o escracho generalizado nas redes sociais, o ponto positivo da Copa não pôde ser enxergado. Tornou-se um desafio cumprir sem grandes incidentes, o mega acontecimento futebolístico paixão, e agora, dilema nacional. Para o autor, as críticas feitas ao mundial, pelos brasileiros, principalmente, não passaram de falta de informação e bom senso.